

Formulário para Solicitação de Autorização de Dispensa de Licitação

**Unidade:**

0036 - PJR Porto Seguro

**Objeto (Padronizado de acordo com o Contrato Padrão):**

Prestação de Serviço de Vigilância por meio de sistema eletrônico de monitoramento na PJR de Porto Seguro

**Finalidade / Objetivo da Contratação:**

Segurança Institucional

**PROPOSTAS APRESENTADAS**

**Proposta 1**

**1 - Item:**

Prestação de Serviço de Vigilância por meio de sistema eletrônico de monitoramento

**1 - Fornecedor (Nome / Razão Social):**

ROP SEGURANÇA

**1 - Valor Total (R\$):**

6.000,00

**Proposta 2**

**2 - Item:**

-

**2 - Fornecedor (Nome / Razão Social):**

-

**2 - Valor Total (R\$):**

-

**Proposta 3**

**3 - Item:**

-

**3 - Fornecedor (Nome / Razão Social):**

-

**3 - Valor Total (R\$):**

-

**Proposta 4**

**4 - Item:**

-

**4 - Fornecedor (Nome / Razão Social):**

-

**4 - Valor Total (R\$):**

-

**Proposta 5**

**5 - Item:**

-

**5 - Fornecedor (Nome / Razão Social):**

-

**5 - Valor Total (R\$):**

-

Observação: caso o espaço não seja suficiente para as propostas, utilizar novo formulário.

Critério de seleção dos fornecedores de acordo com o objeto, finalidade, objetivo e avaliação das propostas apresentadas - Menor Preço

FORNECEDOR(es) SELECIONADO(s)

**1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

ROP SEGURANÇA

**1 - Endereço:**

Avenida Demetrio Couto Gutierre, nº 89, Centro, Eunapolis-BA

**1 - CPF/CNPJ:**

10633569000148

**1 - Valor (R\$):**

6.000,00

**2 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

-

**2 - Endereço:**

-

**2 - CPF/CNPJ:**

-

**2 - Valor (R\$):**

-

**3 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

-

**3 - Endereço:**

-

**3 - CPF/CNPJ:**

-

**3 - Valor (R\$):**

-

**4 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

-

**4 - Endereço:**

-

**4 - CPF/CNPJ:**

-

**4 - Valor (R\$):**

-

**5 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

-

**5 - Endereço:**

-

**5 - CPF/CNPJ:**

-

**5 - Valor (R\$):**

-

**Anexar:**

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento

2 - Minuta padrão do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento)

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento)

**FISCAIS DO CONTRATO**

Fiscal

**Nome completo:**

Susi Delgado Cardoso

**Matrícula:**

352303

Suplente

**Nome completo (suplente):**

Santiago Pereira Santos

**Matrícula (suplente):**

353045

**Responsável pela Unidade Executora:**

JOÃO PAULO DE CARVALHO DA COSTA

Fundamentação Legal: Art. 59 Inciso II: DA DISPENSA

Art. 59 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações.



Documento assinado eletronicamente por **Susi Delgado Cardoso** em 22/10/2021, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0220102** e o código CRC **7405FB5E**.

NOME/RAZÃO SOCIAL: ROP SEGURANÇA  
ENDEREÇO: AV DEMETRIO COUTO GUERRIERE, 89 - CENTRO.  
CNPJ: 10.633.569/0001-48  
TEL: 73 3281-6152

## ORÇAMENTO

Ao

Ministério Público do Estado da Bahia

Segue abaixo o orçamento solicitado, conforme discriminação abaixo:

CENTRAL DE ALARME INTELBRAS 2018 E	UNIDADE	01
SENSOR ATIVO	UNIDADE	01
MODULO ETHERMET ME 01	UNIDADE	-
Teclado para Programa e Ativação do Sistema	UNIDADE	01
CONECTORES E SUPORTES	UNIDADE	01
BATERIA GEL SELADA 12V 7AMP	UNIDADE	01
CABO DE ALARME 02 PARES	UNIDADE	20
BOTÃO PANICO	UNIDADE	02
BOTÃO DO PANICO	UNIDADE	-
Cabo de alarme 4 vias (Destinados pontos do o	MT	220
MENSALIDADE DO MONITORAMENTO		R\$ 500,00
VALOR ANUAL		R\$ 6.000,00

### Condições Comerciais:

1. Validade da Proposta: **90 dias**
2. Prazo de Execução de Serviço: **Não se aplica**

EUNAPOLIS, BA 22 DE SETEMBRO de 2021.

Atenciosamente,



Representante Legal



Carimbo de CNPJ



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### ATESTADO

Atesto para os devidos fins que foram solicitados, mediante e-mail, orçamentos de 3 empresas, a saber: Rop Segurança, Eunamicro Segurança & Informática e Infinet Serviço de Comunicação Multimídia Eireli, no entanto apenas a primeira respondeu e apresentou toda a documentação necessária. A segunda respondeu informando que estava com problemas nas certidões, enquanto a Infinet não respondeu. Motivo pelo qual segue o presente procedimento constando apenas um orçamento.



Documento assinado eletronicamente por **Susi Delgado Cardoso** em 22/10/2021, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0220132** e o código CRC **2E9B08CC**.

## Solicitação de orçamento

Susi Delgado Cardoso <susicardoso@mpba.mp.br>

Qua, 01/09/2021 09:47

Para: infornetba@gmail.com <infornetba@gmail.com>

Prezado(a), bom dia!

Solicito orçamento de Monitoramento Eletrônico por Sensor, para a Promotoria de Justiça Regional da Comarca de Porto Seguro/BA.

Segue abaixo documentos Necessários para a Dispensa de Licitação:

- 1 - ORÇAMENTO COM 90 DIAS DE VALIDADE**
- 2 - DOCUMENTOS DA EMPRESA**
- 3 - COMPROVANTE DE CONTA CORRENTE DA EMPRESA**
- 4 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DO ESTABELECIMENTO**
- 5 - CERTIDÕES: ESTADUAL, FEDERAL, TRABALHISTA, FGTS E MUNICIPAL**

**OBSERVAÇÃO: PRAZO DE 07(SETE)DIAS**

**Solicito confirmação de e-mail**

Atenciosamente,

Susi Cardoso  
Gerente Administrativo  
(73)99912-6861

**Re: ORÇAMENTO**

Eunamicro Segurança & Informática <cobranca@eunamicro.com>

Seg, 27/09/2021 11:16

Para: Susi Delgado Cardoso <susicardoso@mpba.mp.br>

Bom dia!

Segue anexo o orçamento, algumas certidões estão com problema....visto que será enviado somente o orçamento

Atenciosamente,  
Sara Guimarães

Em seg., 27 de set. de 2021 às 10:53, Eunamicro Segurança & Informática  
<[cobranca@eunamicro.com](mailto:cobranca@eunamicro.com)> escreveu:

Bom dia!

Segue anexo o orçamento e certidões

Atenciosamente,  
Sara Guimarães

## Solicitação de Orçamento

Susi Delgado Cardoso <susicardoso@mpba.mp.br>

Qua, 01/09/2021 09:45

Para: Eunamicro Financeiro <financeiro@eunamicro.com>

Prezado(a), bom dia!

Solicito orçamento de Monitoramento Eletrônico por Sensor, para a Promotoria de Justiça Regional da Comarca de Porto Seguro/BA.

Segue abaixo documentos Necessários para a Dispensa de Licitação:

- 1 - ORÇAMENTO COM 90 DIAS DE VALIDADE**
- 2 - DOCUMENTOS DA EMPRESA**
- 3 - COMPROVANTE DE CONTA CORRENTE DA EMPRESA**
- 4 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DO ESTABELECIMENTO**
- 5 - CERTIDÕES: ESTADUAL, FEDERAL, TRABALHISTA, FGTS E MUNICIPAL**

**OBSERVAÇÃO: PRAZO DE 07(SETE)DIAS**

**Solicito confirmação de e-mail**

Atenciosamente,

Susi Cardoso  
Gerente Administrativo  
(73)99912-6861





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**Comunicação Interna nº 14 / PORTO SEGURO - APOIO TÉCNICO E ADM - PROMOTORIA REGIONAL**

**Em 22 de outubro de 2021.**

De: Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro

Para: Superintendência de Gestão Administrativa

**Assunto: Expediente 19.09.01087.0018701/2021-15 - Contrato de Vigilância Eletro**

A Sua Senhoria, o Senhor  
Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria, conforme solicitação SEI 19.09.01087.0018701/2021-15, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviço de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento, para esta sede Regional.

Informo que não houve mais interessados em participar da presente dispensa de licitação, haja vista a ausência de resposta de uma das empresas bem como a incompletude da documentação da outra. Em virtude disso, só está sendo encaminhado um orçamento.

Na oportunidade, informo que os servidores Susi Delgado Cardoso matrícula 352.303 e Santiago Pereira Santos, matrícula 353.045, serão, respectivamente, Fiscal e Suplente do contrato.

Assim, fico no aguardo da análise do referido expediente para eventuais correções ou, estando tudo nos conformes, solicito sua publicação no diário oficial.

No ensejo, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**SUSI DELGADO CARDOSO**  
Gerente Administrativo Regional



Documento assinado eletronicamente por **Susi Delgado Cardoso** em 22/10/2021, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0220185** e o código CRC **DF839BBB**.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/201X - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA XXXXX**, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida à xxxxxxxxxxxx, representada por xxxxxxxx, CPF/MF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº xxx/201X-PJR/xxxx, protocolado sob o nº 003.0.xxxxxx/201x, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento, na Promotoria de Justiça \_\_\_\_\_ de XXXXXX, situada à XXXXXX;

1.2 Inclui-se no objeto contratado a disponibilização, com instalação, dos seguintes equipamentos e materiais, em regime de comodato:

DESCRIÇÃO (Obs: adequar ao caso concreto)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
XXXXXXXXXXXXXXXX	Unidade	XX
XXXXXXXXXXXXXXXX	XX	XX
XXXXXXXXXXXXXXXX	XX.	XX
XXXXXXXXXXXXXXXX	XX	XX
XXXXXXXXXXXXXXXX	XX	XX
XXXXXXXXXXXXXXXX	XX	XX
XXXXXXXXXXXXXXXX	XX	XX

1.3 Os serviços objeto do presente contrato compreendem, ainda, a completa e perfeita instalação e manutenção do sistema de monitoramento eletrônico fornecido.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente contrato é de Execução Indireta na modalidade empreitada por preço unitário;

2.2 Os serviços objeto deste Contrato serão prestados com a utilização de sistema de monitoramento eletrônico, que possibilite o recebimento pela **CONTRATADA**, via linha telefônica, de sinal de alarme proveniente dos equipamentos instalados na Promotoria de Justiça;

2.2.1 A execução contratual não poderá sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, operando-se 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

2.2.2 Diante do recebimento do sinal de alarme, deverá a **CONTRATADA**, imediatamente, adotar as seguintes providências, independentes entre si:





2.2.2.1 Contatar, via telefone, preposto(s) do **CONTRATANTE** previamente indicado(s) para tal finalidade;

2.2.2.2 Dar aviso à autoridade policial, mediante contato telefônico, acusando o recebimento de um sinal de alarme remoto;

2.2.3 Quando do início da execução contratual, as partes deverão indicar os contatos telefônicos (fixo e celular) utilizados na execução deste contrato, incumbindo-lhes informar de imediato quaisquer alterações dos mesmos;

2.3 A entrega dos equipamentos/materiais e a completa instalação do sistema de monitoramento eletrônico deverão ocorrer, impreterivelmente, na data de início da vigência do contrato;

2.4 O **CONTRATANTE** deverá designar as pessoas que terão acesso aos equipamentos, para que a **CONTRATADA** possa orientá-las e treiná-las, a fim de que estejam habilitadas à correta utilização do sistema eletrônico de segurança objeto desta contratação;

2.4.1 O treinamento deverá ocorrer após a entrega formal do sistema eletrônico de alarme, em data previamente designada e devidamente ajustada com o **CONTRATANTE**;

2.5 A **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE**, via e-mail, relatório circunstanciado e documentado acerca da sequência de providências tomadas, no caso de haver ocorrido uma detecção de alarme, ou quando lhe for solicitado;

2.6 No caso de ocorrer um disparo acidental de alarme, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato imediatamente à **CONTRATADA**, por telefone, declinando a sua senha;

2.7 É responsabilidade do **CONTRATANTE**:

2.7.1 Providenciar a perfeita manutenção da sua linha telefônica, para garantir a transmissão adequada dos sinais para a estação monitora **CONTRATADA**;

2.7.2 Armar e desarmar o seu sistema de segurança eletrônica;

2.7.3 Comunicar previamente à **CONTRATADA** sobre a realização de testes nos dispositivos de segurança (ou outras atitudes semelhantes) que possam gerar a recepção de alarme;

2.7.4 Manter os sensores e equipamentos instalados pela **CONTRATADA** nas mesmas posições e locais, a fim de evitar comprometimento da área protegida pelo sistema;

2.8 O **CONTRATANTE** deverá avisar à **CONTRATADA**, por escrito, caso necessite reformar ou modificar áreas abrangidas pelo equipamento eletrônico (sensores), para que a mesma possa reavaliar o local e verificar a necessidade de relocação dos aparelhos, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**;

2.9 Os equipamentos cedidos em regime de comodato deverão ser retirados pela **CONTRATADA** imediatamente após o encerramento contratual, independentemente de notificação pelo **CONTRATANTE**;

2.9.1 A inércia da **CONTRATADA** na retirada dos equipamentos dentro do prazo não caracterizará, em nenhuma hipótese, responsabilidade do **CONTRATANTE** sobre os mesmos, nem ensejará qualquer tipo de indenização ou pagamento adicional;

2.10 Quaisquer serviços abrangidos na execução contratual deverão ser realizados por profissional(s) que possua(m) capacitação técnica compatível com as atividades que lhe(s) forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar o(s) mesmo(s) quanto às suas obrigações e afazeres;

2.11 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, qualidade e

proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade;

2.12 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

2.13 O recebimento dos serviços realizados ficará sob a responsabilidade de um representante da Promotoria de Justiça indicada na **Cláusula Primeira**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso estes não sejam o mesmo servidor;

2.14 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.14.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a adequar/ajustar o serviço no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contadas a partir da comunicação pelo **CONTRATANTE**, assegurando-se sempre que qualquer conserto seja finalizado no mesmo dia útil em que se deu a notificação;

2.15 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

2.16 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/XXXX	Ação (P/A/OE) XXXX	Região XXX	Destinação de Recursos (Fonte) XXXX	Natureza da Despesa XXXXX
---	-----------------------	---------------	---	---------------------------------

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O preço mensal estabelecido para plena execução do objeto contratual é de R\$ xxx,xx (xxxxxxx reais);

4.2. Dá-se ao presente Contrato o valor global de R\$ xxxx,xx (xxxxxxx reais), equivalente a xxx (xxxx) meses de prestação de serviços;

4.3 Nos preços computados neste contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, equipamentos, sensores, peças e materiais empregados, inclusive ferramentas, depreciação, aluguéis, seguros, administração, tributos e emolumentos.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no



objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado mensalmente, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**;

6.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 6.1**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**.

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia.

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 6.2 e 6.2.1**;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses do termo inicial de vigência do contrato, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a data de apresentação da proposta pela **CONTRATADA**, qual seja xx de xxxxxx de 201x, à data de concessão do reajuste;

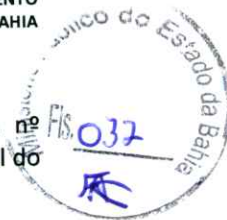
7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual;





7.3 Em atenção ao art. 59, II, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 c/c o Decreto Estadual/BA nº 18.489/2018, não serão admitidos reajustamento ou revisão que ensejem estipulação de valor global do contrato superior ao limite estabelecido para contratação na modalidade de dispensa de licitação;

7.3.1 Em tais hipóteses, deverão as partes negociar a respectiva adequação, de modo a atender aos parâmetros dos referidos dispositivos legais, sob pena de encerramento da relação contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

8.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de xx (xxxx) meses, a começar em xx de xxxxxx de 201x e a terminar em xx de xxxxxx de 201x, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 140 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005;

8.1.1 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, ao respeito ao limite de valor autorizativo da contratação na modalidade de dispensa de licitação;

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

9.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos pautados neste instrumento contratual;

9.3 Dispor de toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais e transportes necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;

9.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

9.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

9.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.7 Fornecer os contatos telefônicos de todo o pessoal de apoio designado para execução do objeto contratual, especialmente para atendimento a situações de emergência, inclusive aos finais de semana e feriados;

9.8 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho aplicáveis aos serviços contratados, bem como atentar para as regras de disciplina, identificação e cortesia do local onde sejam executados os serviços objeto deste Contrato;

9.9 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;





9.10.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.11 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.12 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.13 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.14 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de Dispensa de Licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.15.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito à execução contratual;

9.16 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.3 Permitir e facilitar o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

10.4 Não trocar ou alterar peças e/ou locais de instalação dos equipamentos disponibilizados pela **CONTRATADA**;

10.5 Comunicar à **CONTRATADA** o(s) nome(s) e telefone(s) de contato de seu(s) preposto(s) a ser(em) acionado(s) em caso de recebimento de sinal de alarme, informando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações dos referidos dados;





10.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções e comunicar alterações de prazos, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;





12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será apurada **por infração** e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim considerada aquela que coadjuva a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor mensal do contrato;

12.4.2.3 - Para **cada** obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

12.5 A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 10.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

14.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

14.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento.

14.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO À AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverjam deste ajuste.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE**

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 O serviço de **MONITORAMENTO** prestado pela **CONTRATADA** é uma atividade exclusivamente de meio e não de resultados, e não substitui o poder e dever estatal de policiamento, nos moldes definidos pela Constituição Federal;





18.2 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.3 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.5 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.6 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.7 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.8 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201x.

**Ministério Público do Estado da Bahia**  
**Frederico Wellington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa

**CONTRATADA**  
**Representante Legal**  
Cargo



PROCEDIMENTO Nº: 003.0.11769/2018

INTERESSADO: DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

ESPÉCIE: CONSULTA JURÍDICA

EMENTA: CONSULTA JURÍDICA. SOLICITAÇÃO DE PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS CONTRATUAIS. ART. 133 DA LEI ESTADUAL Nº. 9.433/2005. POSSIBILIDADE. REGULARIDADE DAS MINUTAS CONTRATUAIS APRESENTADAS. OTIMIZAÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA. PELA APROVAÇÃO.

**PARECER Nº. 874/2018**

## I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise jurídica de minutas contratuais oriundas de processos de contratação direta, mediante dispensa de licitação, com a finalidade de padronização e otimização das atividades administrativas do Ministério Público do Estado da Bahia.

As minutas contratuais encaminhadas para análise jurídica são as seguintes: 1) Lavagem de veículos (pessoa jurídica); 2) Mensageiro motorizado (pessoa jurídica); 3) reprografia (pessoa jurídica); 4) Táxi (pessoa jurídica); 5) Vigilância eletrônica (com inspetor e sem inspetor); 6) Fornecimento de água mineral, com serviços de retirada de vasilhames vazios; 7) Jardinagem (pessoa jurídica).



## II – DA POSSIBILIDADE DE PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS CONTRATUAIS

De acordo com o art. 133 da Lei Estadual nº. 9.433/2005, os instrumentos contratuais obedecerão à minuta-padrão aprovada pela Assessoria Jurídica, mecanismo que visa otimizar a atividade administrativa, mormente nas hipóteses em que os instrumentos contratuais obedecem a cláusulas uniformes. Explicita a doutrina:

É elogiável a intenção de otimizar as atividades administrativas, para economizar recursos humanos e ganhar celeridade, padronizando documentos e pareceres. Ora, não há qualquer defeito em debater e construir, administrativamente, modelos de editais e demais documentos pertinentes. Aliás, o diálogo e a interação entre os diversos setores administrativos devem ser incentivados.<sup>1</sup>

O Tribunal de Contas da União já referendou a possibilidade de adoção de minuta-padrão, previamente aprovada pela Assessoria Jurídica, desde que haja identidade de objeto – e este representar contratação corriqueira – e não restarem dúvidas acerca da possibilidade de adequação das cláusulas exigidas no contrato pretendido às cláusulas previamente estabelecidas na minuta-padrão<sup>2</sup>. Essa é, precisamente, a hipótese sob exame.

A Advocacia-Geral da União, inclusive, editou a Orientação Normativa nº. 55/2014, explicitando a dispensa de análise individualizada pelos órgãos consultivos sobre processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica, bem como que estejam presentes os requisitos lá estipulados, *in verbis*:

**Orientação Normativa nº. 55/2014, AGU: I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões**

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4 ed., rev., e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 316.

<sup>2</sup> TCU, Acórdão nº 3.014/2010 – Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, DOU de 12.11.2010.





jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação. II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos. (sem grifos no original)

### III – DA ANÁLISE DAS MINUTAS CONTRATUAIS

As minutas contratuais apresentadas são utilizadas de forma corriqueira pela Administração Pública para viabilizar a contratação dos objetos supramencionados para as Promotorias de Justiça do Estado da Bahia, seguindo cláusulas uniformes. É importante destacar, por oportuno, que todas as minutas apresentadas decorrem de procedimentos de dispensa de licitação, cujo regramento está previsto nos arts. 59 e 65 da Lei Estadual nº. 9.433/2005 e deve ser rigorosamente obedecido.

Analisando as minutas encaminhadas a esta Assessoria Técnico-Jurídica, verifica-se a existência de preâmbulo, definição do objeto e seus elementos característicos, o regime de execução, os preços e as condições de pagamento, dotação orçamentária, previsão de acréscimos e supressões, reajustamento e revisão de preços, vigência, obrigações das partes, fiscalização, penalidades, hipóteses de rescisão, cláusula acerca da ausência de vínculo empregatício, a vinculação à dispensa de licitação, publicidade, foro e disposições gerais, em obediência ao art. 126 da Lei Estadual nº. 9.433/2005, o que deverá ser obedecido pelas Unidades interessadas.

É imperioso ressaltar que a presente análise restringe-se às cláusulas previamente encaminhadas a esta Assessoria Técnico-Jurídica. Qualquer sugestão de alteração das cláusulas contratuais ora examinadas deverá ser objeto de nova apreciação jurídica.



#### IV – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela dispensa da apreciação jurídica das minutas contratuais ora encaminhadas, referentes aos seguintes objetos: 1) Lavagem de veículos (pessoa jurídica); 2) Mensageiro motorizado (pessoa jurídica); 3) reprografia (pessoa jurídica); 4) Táxi (pessoa jurídica); 5) Vigilância eletrônica (com inspetor e sem inspetor); 6) Fornecimento de água mineral, com serviço de retirada de vasilhames vazios (pessoa jurídica); 7) Jardinagem (pessoa jurídica).

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 25 de Setembro de 2018.

Bel<sup>a</sup>. Maria Paula Simões Silva  
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA  
Mat. 351.869

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula  
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA  
Mat. 353.767


Ref. SIMP Nº 003.0.11769/2018

## DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, pelos fundamentos expostos no Parecer nº 874/2018, relativo à padronização dos procedimentos para contratação por dispensa de licitação.

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção das providências necessárias.

Em 26 de setembro de 2018



Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa





**MUNICIPIO DE EUNAPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**AV. CONSELHEIRO LUIZ VIANA, 228, CENTRO, CEP: 45820917**  
**CNPJ: 16233439000102 TELEFONE: 7332615009**

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS**

INFORMAÇÕES PROTEGIDAS POR SIGILO FISCAL  
Nº. 10003/2021

CÓD. CONTRIBUINTE: **73945**

INSC.MUNICIPAL: **9666992**

CONTRIBUINTE: **ROP SEGURANCA LTDA**

ENDEREÇO: **AV DEMETRIO COUTO GUERRIERI Nº 89 BAIRRO CENTRO CEP 45820095 LOTE QUADRA EUNAPOLIS- BA**

CPF/CNPJ: **10.633.569/0001-48**

Lote: Quadra:

COMPLEMENTO:

A Prefeitura Municipapl de Eunápolis - BA, conforme preceitua o Artigo 308 § 1º e 2º da Lei nº Lei 764 de 14 de dezembro de 2010 - Código Tributário e de Rendas Municipal, combinando com o disposto do artigo 205, da Lei Federal, Nº 5.172, de 25/10/1966, Código Tributário Nacional. Ressavando o direito de Fazenda Municipal cobrar qualquer dividas de responsabilidade do contribuite acima que vierem a ser apuradas, é certificado para os devidos fins que não constam, até a data, pendencias em seu nome, relativas aos tributos municipais administrados pela Secretaria Municipal de Finanças. E, para constar, foi extraída a presente certidão. A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias contatos a partir da data de emissão.

### **OBSERVAÇÃO:**

MUNICIPIO DE EUNAPOLIS, 20 de outubro de 2021

**EMIÇÃO: 20/10/2021**

**VALIDADE 19/12/2021**

Código de Controle de certidão: **150607.10003.20211020.S40.73945**

Confira a autenticidade desta certidão no site: <https://www.eunapolis.ba.gov.br/>



Usuário:

**ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidara este documento.**



## **Certidão Negativa de Débitos Tributários**

**(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)**

Certidão Nº: **20213783423**

RAZÃO SOCIAL <b>ROP SEGURANCA LTDA</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL <b>008.922.397</b>	CNPJ <b>10.633.569/0001-48</b>

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 14/09/2021, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETÓRIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Participa

Acesso à informação



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ROP SEGURANCA LTDA**  
**CNPJ: 10.633.569/0001-48**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:50:09 do dia 17/07/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 13/01/2022.

Código de controle da certidão: **4AF5.451B.8A23.FB8F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ROP SEGURANCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.633.569/0001-48

Certidão nº: 18148989/2021

Expedição: 08/06/2021, às 10:42:21

Validade: 04/12/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ROP SEGURANCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.633.569/0001-48**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10.633.569/0001-48  
**Razão Social:** ROP SEGURANCA LTDA  
**Endereço:** AV IVAN DE ALMEIDA MOURA 261 ANDAR 1 SALA 3 / DINAH BORGES / EUNAPOLIS / BA / 45830-080

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/10/2021 a 18/11/2021

**Certificação Número:** 2021102012044116706236

Informação obtida em 20/10/2021 12:35:02


A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> <b>10.633.569/0001-48</b> <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> <b>09/02/2009</b>	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> <b>ROP SEGURANCA LTDA</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> <b>ROP SEGURANCA</b>			<b>PORTE</b> <b>ME</b>
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> <b>47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (Não dispensada *)</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial (Não dispensada *) 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais (Não dispensada *) 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (Não dispensada *) 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar (Não dispensada *) 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (Não dispensada *) 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (Não dispensada *) 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (Não dispensada *) 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (Não dispensada *) 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (Não dispensada *) 46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças (Não dispensada *) 46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente (Não dispensada *) 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico (Não dispensada *) 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas (Não dispensada *) 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos (Não dispensada *) 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Não dispensada *) 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação (Não dispensada *) 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (Não dispensada *) 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis (Não dispensada *) 47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria (Não dispensada *) 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação (Não dispensada *)			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
<b>LOGRADOURO</b> <b>AV IVAN DE ALMEIDA MOURA</b>		<b>NÚMERO</b> <b>261</b>	<b>COMPLEMENTO</b> <b>ANDAR 1 SALA 3</b>
<b>CEP</b> <b>45.830-080</b>	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> <b>DINAH BORGES</b>	<b>MUNICÍPIO</b> <b>EUNAPOLIS</b>	<b>UF</b> <b>BA</b>
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> <b>ROP@BOL.COM.BR</b>		<b>TELEFONE</b> <b>(73) 9812-6238</b>	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>ATIVA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>09/02/2009</b>	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b> *****			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/12/2019 às 11:22:54 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2













Formulário de Informações Orçamentárias

**Projeto / Ação / Atividade (número e nome):**

4058 - FUNCIONAMENTO DE PROMOTORIA REGINAL / UG 0036

**Código da Unidade Orçamentária:**

0036

**Código da Unidade Gestora:**

40101

**Saldo Orçamentário:**

46088,41

**Natureza da Despesa:**

33903900

**Responsável pela Informação:**

SUSI DELGADO CARDOSO

**Responsável pela Unidade Gestora:**

JOÃO PAULO DE CARVALHO DA COSTA

**Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):**

02/2021



Documento assinado eletronicamente por **Susi Delgado Cardoso** em 25/10/2021, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 0220510 e o código CRC FA5AB80C.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À Coordenação Regional,

Seguem informações orçamentárias para a contratação da despesa com serviço de vigilância eletrônica para a Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro:

PAOE: 4058 – Funcionamento de Promotoria Regional do Ministério Público  
Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência  
Unidade Gestora: 0036 – Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro  
Região/Fonte: 7900/0.100.000000 - Costa do Descobrimento  
Elemento de despesa: 33.90.39.00  
Saldo de dotação: R\$ 46.088,41



Documento assinado eletronicamente por **Susi Delgado Cardoso** em 25/10/2021, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0220517** e o código CRC **1DF5D45D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios, para posterior encaminhamento à Superintendência de Gestão Administrativa, para fins de análise e deliberação.

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação para aquisição do serviço de Sistema de Monitoramento Eletrônico para a Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, pelo período de 12 (doze) meses, cuja necessidade justifica-se em razão de segurança institucional.

Informo, ainda, que em Porto Seguro apenas uma empresa interessada que preencheu os requisitos para prestar os serviços, inobstante outras duas tenham sido contatadas sem atender, contudo, as exigências mínimas para participar do processo.

Por fim, informamos que este Ordenador de Despesas está ciente e de acordo com a presente dispensa de licitação.

João Paulo de Carvalho da Costa  
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo de Carvalho da Costa** em 25/10/2021, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0220539** e o código CRC **F5E1E56F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos ausência do documento referente a minuta do contrato devidamente preenchida, conforme estabelece o item 1, b da Base de Conhecimento - Dispensas de Licitação com Contratos Padronizados.

Registramos que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e os documentos a serem retificados não deverão ser cancelados do procedimento** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 25/10/2021, às 13:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0220867** e o código CRC **BF2A826D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **ROP SEGURANCA LTDA**, CNPJ **10.633.569/0001-48**, e de sua respectiva sócia, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0221526), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 26/10/2021, às 08:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0221522** e o código CRC **E2AECF04**.





## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 26/10/2021 08:44:27

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ROP SEGURANCA LTDA**  
CNPJ: **10.633.569/0001-48**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MAYANA BENFICA MARTINS**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:44:46 do dia 26/10/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: N4DI261021084446

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (26/10/2021 às 08:45) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 10.633.569/0001-48.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6177.EA51.8DA0.F721 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (26/10/2021 às 08:45) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6177.EA60.D2CB.5736 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 10633569000148 [REDACTED]

LIMPAR

Data da consulta: 26/10/2021 08:45:42

Data da última atualização: 25/10/2021 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

**Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar**

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica

CPF/CNPJ: 10633569000148

Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

**Voltar**



Governo do Estado da Bahia

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)



Governo do Estado da Bahia



## DESPACHO

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro**, para prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema de monitoramento eletrônico sem inspetor, com a finalidade de atender à demanda de segurança da referida Promotoria de Justiça Regional pelo período de 12 (doze) meses.

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de mercado entre os fornecedores da localidade, sendo obtidas 03 (três) propostas de preço. Deste modo, indicou-se como Contratada a empresa **ROP SEGURANÇA LTDA**, pelo preço proposto de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) equivalente a 12 (doze) meses de prestação de serviço.

É válido salientar que o Contrato nº 111/2021 foi celebrado com supracitada empresa, sendo o preço global praticado no valor de R\$ 5.599,92 (cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) equivalente a prestação dos serviços no período de 20 de novembro de 2020 a 19 de novembro de 2021.

A despeito de se realizarem com relativa frequência contratações por dispensa de licitação de objetos similares ao pretendido para localidades variadas do Estado, tais atividades não constituem parcelas de um único objeto, fracionadas, mas sim vários independentes, com prestação em Promotorias de Justiça nos mais diversos municípios do interior do Estado, contratados de forma autônoma e precedidos de procedimento regular de dispensa de licitação, consoante entendimento corroborado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia no julgamento do processo nº TCE/001413/2014.

**Ressaltamos, oportunamente, que a vigência sugerida para a contratação tem início em 20/11/2021 e término em 19/11/2022.**

Registra-se que após análise da instrução do processo em epígrafe, o mesmo está em conformidade.

Diante do exposto, encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação, sugerindo encaminhamento ao Comitê de Repactuação Orçamentária para análise e deliberação, tendo em vista o Ato Normativo Nº 007/2020 que dispõe sobre medidas de redução, contenção e controle de gastos com custeio e investimento para o ano de 2020 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, alterado pelo Ato Normativo nº 046 de 28 de setembro de 2021, com efeitos extensivos até 31 de dezembro de 2021.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 26/10/2021, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0221527** e o código CRC **A044C9BB**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, considerando os arts. 3º e 5º do Ato Normativo nº 007/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020, 035/2021 e 046/2021, com efeitos extensivos até 31/12/2021, encaminhe-se o presente expediente ao Comitê de Repactuação Orçamentária para análise do pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Célia Cintia Santos** em 26/10/2021, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0221695** e o código CRC **589E94F7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete informando que, em reunião do Comitê de Repactuação Orçamentária realizada no dia 27/10/2021, foram tratados dentre outros temas, a solicitação formulada pela Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, referente à prestação de serviços de monitoramento eletrônico, no valor de R\$ 6.000,00/ano.

Após explanações, todos os presentes se manifestaram pelo **deferimento** do pleito.

Ante ao exposto, encaminhamos o procedimento juntamente com cópia da ata da referida reunião para deliberação final da Procuradoria Geral de Justiça conforme prevê o Ato Normativo 07/2020, alterado pelos Atos Normativos nº 048/2020, nº 035 de 28 de junho de 2021 e nº 046 de 28 de setembro de 2021, com efeitos extensivos até 31 de dezembro de 2021.

Em tempo, nos colocamos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Cordialmente,

**FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 05/11/2021, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0228452** e o código CRC **B6F187AC**.



## ATA

### ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE REPACTUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do corrente ano, às dez horas, se reuniram por meio de videoconferência, o Chefe de Gabinete, Dr. Pedro Maia, o Secretário Geral Adjunto, Dr. Ricardo de Assis Andrade, a representante do Colégio de Procuradores de Justiça, Dra. Elza Maria de Souza, o Coordenador da Gestão Estratégica, Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior e o Superintendente de Gestão Administrativa, Frederico Wellington Silveira Soares, membros do Comitê de Repactuação Orçamentária.

Foi devidamente justificada a ausência da Corregedora Geral, Dra. Cleonice de Souza Lima.

O Superintendente cumprimentou a todos os presentes, bem como informou que está devidamente justificada a ausência de Dra. Cleonice e que Dr. Pedro e Dr. Lourival ingressarão no decorrer da reunião. Informou ainda o Superintendente que iniciará a avaliação dos itens contidos na pauta, relativos aos Processos de Dispensa de Licitação, cujo primeiro item, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01754.0010577/2020-07, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a locação de imóvel que abrigará a Promotoria de Justiça de Nazaré, no valor de R\$ 4.000,00/mês. Esclareceu o Superintendente que na reunião do Comitê realizada no dia 06 de outubro de 2021 foi aprovada a locação de um imóvel, no valor de R\$ 5.000,00, para abrigar a Promotoria de Justiça de Nazaré, porém o locador descobriu que está com um problema grave de saúde e a família acabou declinando da locação. Esclareceu ainda o Superintendente que o imóvel no valor de R\$ 5.000,00, já poderia ser ocupado, que as adaptações necessárias não seriam realizadas de imediato e que estaria mais adequado, de modo que, em razão do declínio do locador, a área responsável efetuou pesquisa para locação de um imóvel no valor de R\$ 4.000,00, que não é o ideal e necessitará de adequações para abrigar a promotoria, contudo ainda assim é melhor que o imóvel onde está instalada atualmente a promotoria. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0017252/2021-75, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a prestação de serviços de remoção, fornecimento e instalação de porta corta-fogo na Sede CAB do MPBA, no valor de R\$ 18.400,00. Esclareceu o Superintendente que duas portas corta-fogo da Sede CAB estão danificadas e por esse motivo será necessário substituí-las. Esclareceu ainda o Superintendente que consta as especificações no processo e que cada porta custa em torno de R\$ 9.000,00, totalizando o valor de R\$ 18.400,00. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0015504/2021-61, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a aquisição de 10 placas de vidro liso incolor de 3mm para reestruturação da Sede principal de Nazaré, no valor de R\$ 2.600,00. Esclareceu o Superintendente que estão sendo realizadas uma série de adequações nos espaços da Sede Nazaré, em especial por conta da reestruturação das promotorias da capital e com a mudança de layout, alguns materiais foram reaproveitados para efetuar a adequação e o pleito em questão se refere a aquisição de 10 placas para conclusão da reestruturação da Sede Nazaré. Esclareceu ainda o Superintendente que o processo está devidamente instruído. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0017123/2021-45, oriundo da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a prestação de serviços de fornecimento e instalação de 01 poste H=9M na Sede da Promotoria de Justiça de Candeias, no valor de R\$ 5.860,00. Esclareceu o Superintendente que foi adquirido, no ano passado, um poste para Promotoria de Justiça de Candeias. Esclareceu ainda o Superintendente que ocorreu um acidente no local, recentemente, inclusive foram aprovadas diárias para realização de reforma do prédio. Explicou o Superintendente que um motorista invadiu a promotoria, derrubou o poste que foi instalado no ano passado e ainda derrubou o muro da promotoria e por pouco não atingiu a recepção e as salas da promotoria. Explicou ainda o Superintendente que a ligação da energia da promotoria foi improvisada, mas é exigido que coloque o poste no lugar. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando pela Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

Sugeriu o Superintendente a aprovação em bloco do quinto ao oitavo item da pauta, conforme recomendação de Dra. Elza e Dra. Cleonice efetuada em outras reuniões, por se tratar de solicitações corriqueiras e de acordo com os padrões de aprovação realizados pelo Comitê.

O quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01853.0013888/2021-95, oriundo da Promotoria de Justiça de Santo Amaro, se refere a prestação de servidos de mensageiro motorizado, no valor de R\$ 9.000,00/ano. Esclareceu o Superintendente que a Diretoria Administrativa informou que, após articulação do apoio administrativo da Diretoria Administrativa com a servidora da Promotoria de Justiça de Santo Amaro foi realizada renegociação do valor proposto com o pretenso prestador do serviço, tendo este acatado a solicitação e formulado nova proposta com valor reduzido. Desta forma, o valor para contratação é de R\$ 7.680,00.

O sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00913.0018121/2021-96, oriundo da Promotoria de Justiça de Esplanada, se refere a prestação de serviços de mensageiro motorizado, no valor de R\$ 6.879,96/ano. Esclareceu o Superintendente que foi celebrado contrato anterior no valor de R\$ 5.599,92 e que a presente contratação será efetuada com o valor de R\$ 6.879,96.

O sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01087.0018701/2021-15, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, se refere a prestação de serviços de monitoramento eletrônico, no valor de R\$ 6.000,00/ano. Esclareceu o Superintendente que foi celebrado contrato anterior no valor de R\$ 5.760,00 e que a presente contratação será efetuada com o valor de R\$ 6.000,00.

O oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01043.0017427/2021-87, oriundo da Promotoria de Justiça Regional de Jacobina, se refere a prestação de serviços de recarga de extintor, no valor de R\$ 400,00.

Após as explanações do quinto ao oitavo item da pauta, o Superintendente abriu para discussão, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do quinto ao oitavo item. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

O nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.45340.0017548/2021-12, oriundo do CEAF, se refere a prestação de serviços de transmissão ao vivo para o evento "Semana do Ministério Público 2021", no valor de R\$ 5.300,00. Esclareceu o Superintendente que Dr. Tiago justifica que se faz necessária a contratação de uma empresa para a realização da transmissão ao vivo do evento "Semana do Ministério Público 2021", que ocorrerá no período de 15 a 17 de dezembro de 2021, de forma híbrida e que a transmissão ao vivo possibilitará a participação dos servidores e membros da Instituição de forma remota, alcançando maior número de participantes. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Dr. Ricardo e o Superintendente acompanharam o voto de Dra. Elza.

Encerrada a avaliação dos processos de Dispensa de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Inexigibilidade de Licitação.

Prosseguindo com a reunião, o Superintendente sugeriu a aprovação em bloco do décimo ao décimo segundo item da pauta. Pontuou o Superintendente que o décimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02076.0008020/2021-55, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a inscrição do servidor Evânio Gomes de Andrade Filho, lotado na Controladoria, no Curso Auditoria em Folha de Pagamento, na modalidade online, com carga horária de 16h, no valor de R\$ 1.490,00.

O décimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02076.0008408/2021-55, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere a inscrição da servidora Lillian Maria da Silva Oliveira Amorim, lotada na Controladoria, no Curso Práticas de Controle Interno e Auditoria para Certificação da Prestação de Contas Anual, na modalidade online, com carga horária de 20 horas, no valor de R\$ 1.690,00. Esclareceu o Superintendente que foi aprovado pelo Comitê, no dia 18 de agosto de 2021, a participação da mencionada servidora no curso, porém o curso foi cancelado naquela ocasião. Esclareceu ainda o Superintendente que a presente solicitação possui o mesmo valor do curso aprovado em agosto e que a solicitação foi encaminhada para ratificação no Comitê.

O décimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.45340.0016263/2021-38, oriundo do CEAF, se refere a realização do Curso "Negociação Estratégica e Liderança Adaptativa para os Membros do MP - Teoria e Prática", com carga horária total de 80 horas/aula, para até 28 participantes, a ser ministrado pelo profissional André Felipe Gomma de Azevedo, no valor de R\$ 36.000,00. Esclareceu o Superintendente que Dr. Tiago informou que se faz necessária a contratação do curso "Negociação Estratégica e Liderança Adaptativa - Teoria e Prática", o qual será ministrado integralmente on-line pelo Juiz de Direito André Felipe Gomma de Azevedo e que o curso tratará de conhecimentos em resolução apropriada de disputas, assim como das competências necessárias para isto, tendo como público-alvo os Membros desta Instituição. Dra. Elza fez a sua explanação, além de efetuar alguns questionamentos. O Superintendente acrescentou que consta na comunicação de Dr. Tiago que o instrutor possui conhecimento e qualificação profissional e acadêmica nas áreas de Administração e de Direito. Pontuou ainda o Superintendente que o Instrutor é um Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia, com doutorado em Direito pela Universidade de Brasília e mestrado em Administração Pública pela Universidade de Harvard, além de possuir livros publicados a respeito do tema como o "Manual de Mediação Judicial" e "Estudos em Arbitragem, Mediação e Negociação".

Após os esclarecimentos fornecidos pelo Superintendente, Dra. Elza votou pela aprovação do pleito em questão, bem como votou pela aprovação do décimo e do décimo segundo item da pauta. Dr. Ricardo acompanhou o voto de Dra. Elza. O Superintendente cumprimentou Dr. Lourival que ingressou na reunião. Dr. Lourival cumprimentou a todos, bem como acompanhou o voto de Dra. Elza. O Superintendente também acompanhou o voto de Dra. Elza.

Encerrada a avaliação dos processos de Inexigibilidade de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Licitação.

Seguindo com a reunião, o Superintendente informou que o décimo terceiro e o décimo quarto item da pauta foram avaliados pelo Comitê em reunião anterior e que na ocasião foram aprovados, porém como foram realizadas algumas correções, os processos retornaram para apreciação do Comitê

O décimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02349.0012352/2021-45, oriundo da Diretoria Administrativa/Coordenação de Serviços Gerais, se refere ao fornecimento e instalação de placas de sinalização interna, no valor de R\$ 101.899,70. Esclareceu o Superintendente que a presente licitação foi aprovada pelo Comitê no dia 11 de agosto de 2021 e como foram necessários efetuar alguns ajustes no Termo de Referência, o processo retornou para apreciação do Comitê, em razão de alteração no valor que passou de R\$ 99.379,10 para R\$ 101.899,70.

O décimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02336.0011345/2021-48, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, se refere a aquisição de material elétrico (cabos elétricos), no valor de R\$ 177.968,95. Esclareceu o Superintendente a presente licitação foi aprovada pelo Comitê no dia 29 de setembro de 2021 e como foi realizada uma correção do valor, o processo retornou para informação e aprovação pelo Comitê, passando de R\$ 176.852,95 para R\$ 177.968,95.

Após as explicações efetuadas, o Superintendente abriu para discussão, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação em bloco do décimo terceiro e décimo quarto item da pauta. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Elza.

O décimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00857.0014019/2021-81, oriundo da Diretoria Administrativa, se refere ao registro de Preços visando Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Continuados de Vigilância Armada / Segurança Patrimonial na Capital e Interior do Estado da Bahia, mediante postos de serviços, com valor estimado global de R\$ 9.255.987,12/ano. Esclareceu o Superintendente que o pleito em questão se trata de um procedimento licitatório formação de Ata de Registro de Preços, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância armada / segurança patrimonial, na capital e interior do Estado da Bahia, mediante postos de serviços. Esclareceu ainda o Superintendente que a Instituição possui um contrato vigente nº 002/2017-SGA, com o mesmo objeto, no valor de R\$ 8.349.506,76, o qual vencerá em 17 de fevereiro de 2022, completando 05 anos de vigência. Explicou o Superintendente que apesar da vigência do contrato até fevereiro, é necessário iniciar a licitação, por se tratar de um procedimento extenso e o valor de referência está estimado em R\$ 9.255.987,12. Acrescentou o Superintendente mais algumas informações, contribuindo com a avaliação do pleito. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Elza.

Encerrada a avaliação dos processos de Licitação, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes a Sessão Outros.

O décimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01780.0011931/2021-37, se refere a solicitação de autorização de viagem para realização de reparo no teto do gabinete do Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lençóis, que rachou e cedeu devido a um problema na caixa d'água que se encontra acima da mesma, prevista para o período de 03 a 06 de novembro de 2021, cujo custo estimado é de aproximadamente R\$ 4.157,56, levantado pelas Diretorias de Engenharia e Arquitetura e Administrativa contemplando materiais, diárias de servidores, adiantamento, mão-de-obra terceirizada e combustível. Explicou o Superintendente que o servidor solicitou urgência para a realização do conserto do teto do gabinete do Promotor de Justiça, além disso, o servidor pontua que é possível perceber que a sala conjunta da promotoria também apresenta infiltração e mofo; e, caso não seja reparada, os mesmos problemas podem ocorrer: mofo, rachaduras e eventualmente o teto quebrar / ceder. Abriu para discussão o Superintendente, iniciando por Dra. Elza. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. O Superintendente cumprimentou Dr. Pedro que ingressou na reunião, bem como os demais membros. Dr. Pedro cumprimentou a todos e informou que estava em outra reunião. Contextualizou o Superintendente a avaliação do pleito em questão para Dr. Pedro. Todos os membros acompanharam o voto de Dra. Elza.

O décimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01998.0012328/2021-64, oriundo da Assistência Militar, se refere a solicitação de 100 pins com a logomarca do MPBA para os Policiais Militares, no valor de R\$ 5.000,00. Esclareceu o Superintendente que a presente solicitação foi efetuada pelo Assistente Militar e que se referem aos botons com a logomarca do Ministério Público, utilizados pelos Policiais Militares, para identificação. O Superintendente compartilhou a sua tela com os membros do Comitê, apresentando o boton utilizado pelos Policiais Militares, bem como a comunicação realizada pelo Coronel Gilberto Morbeck. Dr. Ricardo perguntou ao Superintendente se o valor apresentado de R\$ 50,00 por cada pin está de acordo com o valor de mercado. O Superintendente informou que consta apenas um orçamento e que o item pleiteado não é fabricado em Salvador, mas em Santa Catarina, conforme único orçamento apresentado. O Superintendente informou ainda que pode ser verificado, ratificando que consta apenas um orçamento. Reforçou o Superintendente que consta apenas um orçamento no processo e que para realização de dispensa de licitação serão necessários, pelo menos, três orçamentos e que não consta nenhuma declaração de exclusividade. O Superintendente sugeriu o sobrestamento do processo para avaliação na próxima reunião e o processo será encaminhado para Assistência Militar compor com, pelo menos, mais dois orçamentos.

Dr. Ricardo pediu licença, além de pedir desculpas para se ausentar da reunião, em função de outro compromisso.

Encerrada a avaliação dos processos da Sessão Outros, o Superintendente passou a tratar dos processos referentes as Diárias.

O Superintendente contextualizou para Dr. Lourival e Dra. Elza, que estavam ausentes na última reunião, que é realizada uma análise dos processos de diárias que se encontram dentro e fora do padrão. Para aquelas que possuem ponto de atenção é realizada a avaliação individualmente e as demais que estiverem dentro do padrão é realizada a leitura e avaliadas em bloco.

O décimo oitavo item da pauta, Processo SIMP 003.0.2111/2021, se refere a solicitação de 03 meias diárias para Dra. Susila Ribeiro Machado, Titular de Itabuna, face a realização de substituição na Comarca de Ubatã, nos dias 20 de janeiro, 14 de julho e 25 de agosto de 2021.

O décimo nono item da pauta, Processo SIMP 003.0.2112/2021, se refere a solicitação de meia diária para Dra. Letícia Campos Baird, Titular de Serrinha, face a realização de substituição na Comarca de Santaluz, no dia 27 de janeiro de 2021.

O vigésimo item da pauta, Processo SIMP 003.0.2116/2021, se refere a solicitação de 04 meias diárias para Dra. Letícia Campos Baird, Titular de Serrinha, face a realização de substituição na Comarca de Santaluz, nos dias 16 de novembro, 04, 11 e 15 de dezembro de 2020.

O vigésimo primeiro item da pauta, Processo SIMP 003.0.2113/2021, se refere a solicitação de 01 diária para Dr. Marcel Bittencourt Silva, Titular de Feira de Santana, face a realização de substituição na Comarca de Governador Mangabeira, de 23 a 24 de agosto de 2021.

O vigésimo segundo item da pauta, Processo SIMP 003.0.2114/2021, se refere a solicitação de meia diária para Dra. Núbia Rolim dos Santos, Titular de Serrinha, face a realização de substituição na Comarca de Queimadas, no dia 26 de julho de 2021.

O vigésimo terceiro item da pauta, Processo SIMP 003.0.2115/2021, se refere a solicitação de 04 meias diárias para Dr. Victor Freitas Leite Barros, Titular de Amargosa, face a realização de substituição na Comarca de Muritiba, nos dias 10, 15 e 24 de novembro e 08 de dezembro de 2020.

O vigésimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0018710/2021-38, se refere a solicitação de meia diária para Dr. Leandro Mansine Meira Cardoso de Castro, Titular de Guanambi, face a realização de substituição na Comarca de Urandi, no dia 20 de outubro de 2021, bem como meia diária para servidora Elis Titonelli Ferreira Donato, lotada em Guanambi, em razão de acompanhamento de Dr. Leandro Mansine Castro, no exercício de substituição na Comarca de Urandi, no dia 20 de outubro de 2021.

O vigésimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0018221/2021-31, se refere a solicitação de 02 meias diárias para o motorista Fernando César Moleiro Lima, lotado em Bom Jesus da Lapa, face a condução de Dr. Marcelo dos Santos C. Porto de Bom Jesus da Lapa para audiência na Comarca de Riacho de Santana, no dia 07 de outubro de 2021, bem como condução de Dra. Jessica Camile Goullart Mendes Tojal, de Bom Jesus da Lapa para a realização de vistorias nas delegacias das Cidades de Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato, no dia 18 de outubro de 2021.

O vigésimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02687.0018407/2021-19, se refere a solicitação de autorização de pagamento de 02 diárias e meia, bem como passagens aéreas para viagem que será realizada pelo servidor Felipe Dansiger Calazans de Macedo, lotado na Diretoria de Engenharia e Arquitetura, prevista para dezembro de 2021, em razão da necessidade de fiscalização da obra de construção da Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro e providências iniciais para início da obra de construção da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis.

O vigésimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01998.0018342/2021-64, se refere a solicitação de autorização de deslocamento e diária (meia diária) para os Policiais Militares, José Charles Cerqueira Vieira, Marcelo Alves dos Santos, Daniel Rodrigues Alencar e Lucas Kaique da Silva Sena, lotados em Feira de Santana, em razão de participação da Parada e Palestra com Membro do MPBA, no dia 28 de outubro de 2021, que será realizada em Salvador.

O vigésimo oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.01998.0018768/2021-39, se refere a solicitação de autorização de deslocamento, bem como pagamento de 04 diárias e meia para os Policiais Militares, Carlos César Sampaio Cavalcante, José Ednaldo Santos da Silva e Luís Marcos Melo da Silva, lotados em Salvador, em razão da realização de Curso de Formação de Brigada, de 09 a 13 de novembro de 2021, em Vitória da Conquista. Esclareceu o Superintendente que o padrão de deliberação do Comitê é de 04 diárias. O Superintendente informou que, após consulta realizada junto a Assistência Militar, o

curso será realizado entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2021. Pontou o Superintendente que a ida dos policiais será no dia 09 de novembro de 2021, às 07h e que os policiais poderiam sair próximo do horário de almoço, chegando no final do dia 09 de novembro de 2021. Considerando as informações fornecidas pela Assistência Militar, o Superintendente antecipou o seu voto pela aprovação de 04 diárias. Todos os membros acompanharam o voto do Superintendente.

O vigésimo nono item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018254/2021-84, se refere a solicitação de meia diária para o motorista Adelson Sales de Meireles, lotado na Coordenação de Transporte, em função do seu deslocamento realizado no dia 08 de outubro de 2021, de Salvador para Cruz das Almas, a fim de pegar funcionários da empresa terceirizada, materiais e ferramentas da Coordenação de Manutenção Predial.

O trigésimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.00855.0018711/2021-45, se refere a solicitação de pagamento de 01 diária administrativa para Dr. Gilberto Costa de Amorim Junior e do Major Luciano Santos Correia, da Coordenadoria de Segurança Institucional – CSI, em razão de deslocamento realizado de 21 a 22 de outubro de 2021 para Vitória da Conquista, a fim de participar de reunião institucional com os Promotores de Justiça de Vitória da Conquista acompanhando a Procuradora Geral de Justiça.

O trigésimo primeiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI N. 19.09.00855.0018859/2021-14, se refere a solicitação de autorização para pagamento de 03 diárias para Dra. Cinthia Porlela Lopes, Titular de Itabuna, bem como registro no sistema de diárias, face a necessidade de deslocamento para Comarca de Camacã, de 28 de setembro a 01 de outubro de 2021, a fim de participar do Júri, no dia 28 de setembro de 2021 e no dia 30 de setembro de 2021 efetuou visita técnica a Delegacia de Polícia Civil de Camacã. O Superintendente informou que esse item será retirado da pauta, por se tratar de questão interna.

O trigésimo segundo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02191.0018704/2021-29, se refere a solicitação encaminhada por Dr. Yuri Lopes de Mello, Coordenador do CEAMA, para pagamento de diárias para Dr. Augusto César Carvalho de Matos, Promotor Titular da Ambiental de Lençóis, bem como para servidora Rousyana Gomes de Araújo, lotada no CEAMA, a fim de participarem de reuniões públicas, audiências públicas e apresentação pública final de projeto no município de Andaraí e Distrito de Igatu, de 25 a 27 de outubro de 2021.

O trigésimo terceiro item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02259.0017551/2021-04, se refere a solicitação encaminhada por Dr. Yuri Lopes de Mello, Coordenador do CEAMA/NUMA para pagamento de meia diária ao Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo, bem como ao motorista Guilherme Sales Barbosa Neto, ambos lotados na Promotoria Ambiental de Santo Antônio de Jesus, face a necessidade de retorno no dia 04 de agosto de 2021, relativo ao deslocamento realizado no dia 03 de agosto de 2021, de Santo Antônio de Jesus para Brejões, aprovado o pagamento de meia diária pelo Comitê na reunião realizada no dia 26 de agosto de 2021. Esclareceu o Superintendente que o Comitê aprovou meia diária para o policial militar e o motorista na reunião realizada no dia 26 de agosto de 2021 e como foi necessário o retorno no outro dia, acabou gerando a necessidade de pagamento de mais meia diária para o policial e o motorista e por esse motivo, a solicitação foi encaminhada para avaliação do Comitê.

O trigésimo quarto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02259.0018613/2021-66, se refere a solicitação encaminhada por Dr. Yuri Lopes de Mello, Coordenador do CEAMA/NUMA, para pagamento de diária para Dr. Julimar Barreto Ferreira, bem como para o Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo e o Motorista Wilson de Jesus de Souza. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de meia diária para Dr. Julimar Barreto Ferreira, Titular da Ambiental de Santo Antônio de Jesus, em razão de participação na Palestra para Agricultores/Fazendeiros, no dia 20 de outubro de 2021, na SEDEMA de Mutuípe; meia diária para o Policial Militar Nelson José Boa Hora Lobo, lotado na Ambiental de Santo Antônio de Jesus, em razão de deslocamento para averiguar denúncia de caça ilegal nos municípios de Varzedo e Amargosa, no dia 28 de setembro de 2021; 04 meias diárias para o motorista Wilson de Jesus de Souza, lotado na Ambiental de Santo Antônio de Jesus, em razão de condução do Policial Nelson José Boa Hora Lobo, no dia 28 de setembro de 2021, para os municípios de Varzedo e Amargosa, dias 14 e 15 de outubro de 2021, respectivamente, para averiguação de denúncias nos municípios de Jiquiriçá e Mutuípe e dia 20 de outubro de 2021 para conduzir Dr. Julimar Barreto Ferreira e preposto da Promotoria Ambiental para o município de Mutuípe.

O trigésimo quinto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018862/2021-72, se refere a solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para autorização de pagamento de 02 diárias ao motorista José Carlos Araújo Coelho, lotado na Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim, em razão do seu deslocamento de Senhor do Bonfim para Salvador, de 22 a 24 de setembro de 2021, face a necessidade de retirada de novo veículo oficial para Promotoria de Justiça Regional de Senhor do Bonfim.

O trigésimo sexto item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018731/2021-28, se refere a solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de meia diária para o motorista Marcos Sérgio Pimentel dos Anjos, lotado na Coordenação de Transporte, face a necessidade de condução de Dra. Sara Gama Sampaio, no dia 21 de outubro de 2021, para participação de Campanha e Palestra na Comarca de Catu; meia diária para o motorista Marcos Souza Sampaio, lotado em Feira de Santana, face a necessidade de transporte de documentos para Comarca de Serra Preta, no dia 19 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Maria Salete Jued Moyses, Titular de Brumado, face a necessidade de substituição na Comarca de Presidente Jânio Quadros, no dia 20 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Núbia Rolim dos Santos, Titular de Serrinha, face a necessidade de substituição na Comarca de Queimadas, no dia 20 de outubro de 2021; 02 diárias e meia para Dra. Patrícia Peixoto de Mattos, Assessora Especial, face a necessidade de participação de reuniões institucionais em Brasília/DF, acompanhando a Procuradora-Geral de Justiça, de 18 a 20 de outubro de 2021; 02 meias diárias para Dr. Rafael Henrique Tarcia Andreazzi, Titular de Eunápolis, face a necessidade de substituição na Comarca de Guaratinga, nos dias 14 de setembro e 19 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Susila Ribeiro Machado, Titular de Itabuna, face a necessidade de substituição na Comarca de Ubatã, no dia 14 de outubro de 2021; 01 diária para Dra. Thays Rabelo da Costa, Titular de Casa Nova, face a necessidade de substituição na Comarca de Remanso, de 22 a 23 de outubro de 2021; 02 diárias e meia para Dra. Thiara Rusciolli Souza, Titular de Camaçari, face a necessidade de substituição na Comarca de Rio Real, de 05 a 07 de outubro de 2021.

O trigésimo sétimo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018730/2021-21, se refere a solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de meia diária para o motorista André de Andrade Vieira, lotado em Guanambi, face a necessidade de condução do servidor Michael John Dias Freire, no dia 20 de outubro de 2021, para Comarca de Carinhanha; meia diária para o servidor Michael John Dias Freire, lotado em Guanambi, face a realização de serviços técnicos/administrativos na Comarca de Carinhanha, solicitados por Dr. Ailson de Almeida Marques, no dia 20 de outubro de 2021; 04 diárias para Dr. Dario José Kist, Titular de Alagoinhas, face a necessidade de substituição na Comarca de Olindina, nos dias 28 de outubro, 04, 11 e 18 de novembro de 2021; meia diária para Dra. Guiomar Miranda da Oliveira, Titular de Vitória da Conquista, face a necessidade de substituição na Comarca de Condeúba, no dia 19 de outubro de 2021; meia diária para Dr. Ivan Carlos Novaes Machado, Titular de Irecê, face a necessidade de substituição na Comarca de Central, no dia 29 de outubro de 2021; meia diária para o motorista Jardel de Oliveira Silveira, lotado na Coordenação de Transporte, face a necessidade de condução de prepostos da Coordenação de Manutenção Predial, além de materiais para realização de serviços na Comarca de Cruz das Almas, no dia 13 de outubro de 2021; 02 meias diárias para o servidor Roberval Souza Cunha, lotado em Riachão do Jacuípe, face a necessidade de realização de visitas as delegacias de polícia dos municípios da Comarca de Capela do Alto Alegre, além de realização de serviços técnicos/administrativos na Comarca de Capela do Alto Alegre, nos dias 18 e 27 de outubro de 2021; meia diária para Dr. Luciano Medeiros Alves da Silva, Titular de Riachão do Jacuípe, face a necessidade de substituição na Comarca de Capela do Alto Alegre, no dia 27 de outubro de 2021; 04 diárias para Dr. Thomas Bryann Freitas do Nascimento, Titular de Macaúbas, face a necessidade de realização auxílio/colaboração na Comarca de Paramirim, de 18 a 20 de outubro de 2021 e de 25 a 27 de outubro de 2021.

O trigésimo oitavo item da pauta, Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02350.0018729/2021-14 - Solicitação registrada pela Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para apreciação pelo Comitê de Repactuação Orçamentária das diárias de membros e servidores. Esclareceu o Superintendente que consta no processo a solicitação de 06 diárias para Dr. Audo da Silva Rodrigues, Titular de Feira de Santana, face a necessidade de substituição na Comarca de Morro do Chapéu, de 17 a 23 de outubro de 2021. Esclareceu ainda o Superintendente que a solicitação de Dr. Audo foge do padrão, porém salientou que, para as Promotorias do Oeste, em função da distância, o Comitê deliberou pela aprovação de 05 diárias. Esclareceu ainda o Superintendente que a distância entre Feira de Santana e Morro do Chapéu é de 200 Km. Dr. Pedro antecipou o seu voto e informou que vota pela aprovação de 04 diárias, salvo alguma situação excepcional, como realização de júri, em função de precedentes. Dra. Elza e Dr. Lourival acompanharam o voto de Dra. Elza. O Superintendente acessou a diária de Dr. Audo, através do Sistema e-Dia e informou que consta na justificativa a necessidade de deslocamento no dia anterior, face a distância e realização de júri, bem como retorno após a última sessão, considerando as incertezas do horário de término do julgamento. Após várias discussões, os membros deliberaram pelo sobrestamento do processo, especificamente, quanto a solicitação de Dr. Audo para realização de contato e coleta de informações quanto ao horário de início e término do júri. 02 diárias para Dr. Aviner Rocha Santos, Titular de Itaberaba, face a necessidade de realização de auxílio/colaboração na Comarca de Irará, de 18 a 20 de outubro de 2021; meia diária para o servidor Felipe Monfardini de Oliveira, lotado em Teixeira de Freitas, face a necessidade de acompanhamento de Dr. Moisés Guarnieri dos Santos, no dia 18 de outubro de 2021, durante a correição na Promotoria de Justiça de Medeiros Neto, uma vez que a mãe do servidor Djalma Miranda da Silva faleceu no dia 17 de outubro de 2021 e o servidor encontra-se afastado em razão do referido falecimento; 06 meias diárias para Dr. Jair Antônio Silva de Lima, Titular de Irecê, face a necessidade de substituição na Comarca de Lapão, durante o mês de outubro/2021; 02 diárias e meia para Dra. Lissa Aguiar Andrade, Titular de Euclides da Cunha, face a necessidade de realização de auxílio/colaboração na Comarca de Uauá, de 20 a 22 de outubro de 2021; meia diária para Dr. Thyego de Oliveira Matos, Titular de Itaberaba, face a necessidade de substituição na Comarca de Iaçú, no dia 25 de outubro de 2021; meia diária para Dra. Jessica Camille Goulart Mendes Tojal, Titular de Bom Jesus da Lapa, face a realização de inspeção nas delegacias de Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio de Mato, no dia 18 de outubro de 2021.

Após a leitura e avaliação de todos os itens, todos os membros votaram pela aprovação em bloco do décimo oitavo ao trigésimo oitavo item da pauta, com exceção das ressalvas registradas no vigésimo oitavo e trigésimo oitavo item da pauta.

Encerrada a avaliação dos itens formais da pauta, o Superintendente comunicou a necessidade de apreciação de um item na Sessão "O que Ocorrer".

Discorreu o Superintendente que o Processo Eletrônico SEI Nº. 19.09.02329.0017478/2021-67, oriundo da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, se refere a inscrição de 03 servidores da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, no Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, na modalidade online, com carga horária de 20 horas, no valor de R\$ 5.070,00. Esclareceu o Superintendente que houve uma mudança na legislação de fiscalização. Esclareceu ainda o Superintendente que a participação dos servidores no curso proposto é de suma importância, antecipando o seu voto pela aprovação. Dra. Elza fez a sua explanação, votando pela aprovação. Todos os membros acompanharam o voto do Superintendente, bem como do Superintendente.

Nada mais tendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião.

Salvador, 27 de outubro de 2021.

**Dr. Pedro Maia**  
Chefe de Gabinete

**Dr. Ricardo Assis**  
Secretário-Geral Adjunto

**Dra. Elza Maria de Souza**  
Procuradora de Justiça

**Dr. Lourival Miranda de Almeida Júnior**  
Coordenador da Gestão Estratégica

**Frederico Welington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 03/11/2021, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Assis andrade** em 04/11/2021, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 04/11/2021, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0225756** e o código CRC **EC155D64**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

- Autorizado pela Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária.
- Encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

**NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**  
Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti** em 09/11/2021, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0229387** e o código CRC **B5889025**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Considerando que a Procuradoria Geral de Justiça autorizou, nos termos da manifestação do Comitê de Repactuação Orçamentária, o pleito formulado pela Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, relativo à Dispensa de Licitação em favor da empresa **ROP SEGURANÇA LTDA**, no valor de R\$ 6.000,00/ano, relativo à prestação de serviços de monitoramento eletrônico da Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências necessárias.

Anexa, cópia da Portaria nº 335/2021, relativa à designação de fiscal e suplente.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 10/11/2021, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0231841** e o código CRC **4694E4AF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## PORTARIA

### PORTARIA Nº 335/2021

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Susi Delgado Cardoso matrícula 352.303, e Santiago Pereira Santos, matrícula 353.045, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 118/2021 - SGA, relativo ao monitoramento eletrônico da Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

**Frederico Welington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 11/11/2021, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0233194** e o código CRC **4BF7077D**.

## CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA ROP SEGURANÇA LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

### CONTRATO Nº 118/2021- SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA ROP SEGURANÇA LTDA**, CNPJ nº. 10.633.569/0001-48, estabelecida à Av. Ivan de Almeida Moura, nº 261, Andar 1, Sala 3, Dinah Borges - Eunápolis/BA, representada por Mayana Benfica Martins, CPF/MF nº 006.081.545-04, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2021-PJR/Porto Seguro, protocolado sob o SEI nº 19.09.01087.0018701/2021-15, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento, na Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro, situada à Rua Pero Vaz de Caminha, nº 377, bairro Centro, Porto Seguro/BA, CEP.: 45.810-000;

1.2 Inclui-se no objeto contratado a disponibilização, com instalação, dos seguintes equipamentos e materiais, em regime de comodato:

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Central de Alarme Intelbras 2018E	Unidade	01
Sensor Ativo	Unidade	01
Modulo Ethernet ME 01	Unidade	-
Teclado para Program. E Ativação do Sistema	Unidade	01
Conectores e Suportes	Unidade	-
Bateria de gel Selada 12v 7amp	Unidade	1
Cabo de alarme 02 pares	Unidade	20
Botão do Pânico	Unidade	2
Cabo de Alarme 4 vias (Destinados pontos do co)	MT	220
Mensalidade do Monitoramento		R\$ 500,00
Valor Anual		R\$ 6.000,00

1.3 Os serviços objeto do presente contrato compreendem, ainda, a completa e perfeita instalação e manutenção do sistema de monitoramento eletrônico fornecido.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente contrato é de Execução Indireta na modalidade empreitada por preço unitário;

2.2 Os serviços objeto deste Contrato serão prestados com a utilização de sistema de monitoramento eletrônico, que possibilite o recebimento pela **CONTRATADA**, via linha telefônica, de sinal de alarme proveniente dos equipamentos instalados na Promotoria de Justiça;

2.2.1 A execução contratual não poderá sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, operando-se 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

2.2.2 Diante do recebimento do sinal de alarme, deverá a **CONTRATADA**, imediatamente, adotar as seguintes providências, independentes entre si:

2.2.2.1 Contatar, via telefone, preposto(s) do **CONTRATANTE** previamente indicado(s) para tal finalidade;

2.2.2.2 Dar aviso à autoridade policial, mediante contato telefônico, acusando o recebimento de um sinal de alarme remoto;

2.2.3 Quando do início da execução contratual, as partes deverão indicar os contatos telefônicos (fixo e celular) utilizados na execução deste contrato, incumbindo-lhes informar de imediato quaisquer alterações dos mesmos;

2.3 A entrega dos equipamentos/materiais e a completa instalação do sistema de monitoramento eletrônico deverão ocorrer, impreterivelmente, na data de início da vigência do contrato;

2.4 O **CONTRATANTE** deverá designar as pessoas que terão acesso aos equipamentos, para que a **CONTRATADA** possa orientá-las e treiná-las, a fim de que estejam habilitadas à correta utilização do sistema eletrônico de segurança objeto desta contratação;

2.4.1 O treinamento deverá ocorrer após a entrega formal do sistema eletrônico de alarme, em data previamente designada e devidamente ajustada com o **CONTRATANTE**;

2.5 A **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE**, via e-mail, relatório circunstanciado e documentado acerca da sequência de providências tomadas, no caso de haver ocorrido uma detecção de alarme, ou quando lhe for solicitado;

2.6 No caso de ocorrer um disparo acidental de alarme, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato imediatamente à **CONTRATADA**, por telefone, declinando a sua senha;

2.7 É responsabilidade do **CONTRATANTE**:

2.7.1 Providenciar a perfeita manutenção da sua linha telefônica, para garantir a transmissão adequada dos sinais para a estação monitora **CONTRATADA**;

2.7.2 Armar e desarmar o seu sistema de segurança eletrônica;

2.7.3 Comunicar previamente à **CONTRATADA** sobre a realização de testes nos dispositivos de segurança (ou outras atitudes semelhantes) que possam gerar a recepção de alarme;

2.7.4 Manter os sensores e equipamentos instalados pela **CONTRATADA** nas mesmas posições e locais, a fim de evitar comprometimento da área protegida pelo sistema;

2.8 O **CONTRATANTE** deverá avisar à **CONTRATADA**, por escrito, caso necessite reformar ou modificar áreas abrangidas pelo equipamento eletrônico (sensores), para que a mesma possa reavaliar o local e verificar a necessidade de relocação dos aparelhos, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**;

2.9 Os equipamentos cedidos em regime de comodato deverão ser retirados pela **CONTRATADA** imediatamente após o encerramento contratual, independentemente de notificação pelo **CONTRATANTE**;

2.9.1 A inércia da **CONTRATADA** na retirada dos equipamentos dentro do prazo não caracterizará, em nenhuma hipótese, responsabilidade do **CONTRATANTE** sobre os mesmos, nem ensejará qualquer tipo de indenização ou pagamento adicional;

2.10 Quaisquer serviços abrangidos na execução contratual deverão ser realizados por profissional(s) que possua(m) capacitação técnica compatível com as atividades que lhe(s) forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que deve orientar o(s) mesmo(s) quanto às suas obrigações e afazeres;

2.11 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade;

2.12 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

2.13 O recebimento dos serviços realizados ficará sob a responsabilidade de um representante da Promotoria de Justiça indicada na **Cláusula Primeira**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso estes não sejam o mesmo servidor;

2.14 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier,



decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.14.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a adequar/ajustar o serviço no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contadas a partir da comunicação pelo **CONTRATANTE**, assegurando-se sempre que qualquer conserto seja finalizado no mesmo dia útil em que se deu a notificação;

2.15 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

2.16 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0036	4058	7900	0.100.000000	3393900

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O preço mensal estabelecido para plena execução do objeto contratual é de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

4.2. Dá-se ao presente Contrato o valor global de R\$ 6000,00 (seis mil reais), equivalente a 12 (doze) meses de prestação de serviços;

4.3 Nos preços computados neste contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, equipamentos, sensores, peças e materiais empregados, inclusive ferramentas, depreciação, aluguéis, seguros, administração, tributos e emolumentos.

### CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado mensalmente, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**;

6.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 6.1**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**.

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia.

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 6.2 e 6.2.1**;

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual/BA nº 9.433/20005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses do termo inicial de vigência do contrato, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a data de apresentação da proposta pela **CONTRATADA**, qual seja 22 de setembro de 2021, à data de concessão do reajuste;

7.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

7.1.2 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravamento imprevisto, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual;

7.3 Em atenção ao art. 59, II, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 c/c o Decreto Estadual/BA nº 18.489/2018, não serão admitidos reajustamento ou revisão que ensejem estipulação de valor global do contrato superior ao limite estabelecido para contratação na modalidade de dispensa de licitação;

7.3.1 Em tais hipóteses, deverão as partes negociar a respectiva adequação, de modo a atender aos parâmetros dos referidos dispositivos legais, sob pena de encerramento da relação contratual.

## CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a começar em 20 de novembro de 2021 e a terminar em 19 de novembro de 2022, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 140 da Lei Estadual-Ba nº 9.433/2005;

8.1.1 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, ao respeito ao limite de valor autorizativo da contratação na modalidade de dispensa de licitação;

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

9.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que não impeçam os compromissos pautados neste instrumento contratual;

9.3 Dispor de toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais e transportes necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;

9.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

9.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

9.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.7 Fornecer os contatos telefônicos de todo o pessoal de apoio designado para execução do objeto contratual, especialmente para atendimento a situações de emergência, inclusive aos finais de semana e feriados;

9.8 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho aplicáveis aos serviços contratados, bem como atentar para as regras de disciplina, identificação e cortesia do local onde sejam executados os serviços objeto deste Contrato;

9.9 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.10.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.11 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.12 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.13 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

9.14 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de Dispensa de Licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.15.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito à execução contratual;

9.16 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.3 Permitir e facilitar o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

10.4 Não trocar ou alterar peças e/ou locais de instalação dos equipamentos disponibilizados pela **CONTRATADA**;

10.5 Comunicar à **CONTRATADA** o(s) nome(s) e telefone(s) de contato de seu(s) preposto(s) a ser(em) acionado(s) em caso de recebimento de sinal de alarme, informando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações dos referidos dados;

10.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções e comunicar alterações de prazos, quando for o caso;

11.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

11.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

12.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

12.2.1 Multa;

12.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

12.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

12.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 12.2.2 a 12.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

12.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será apurada **por infração** e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

12.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **principal**:

12.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

12.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

12.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

12.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim considerada aquela que coadjuva a principal:

12.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato;

12.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor mensal do contrato;

12.4.2.3 - Para **cada** obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao

montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

12.5 A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

12.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

12.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

12.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

12.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

14.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

14.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento.

14.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO À AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverjam deste ajuste.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE**

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



18.1 O serviço de **MONITORAMENTO** prestado pela **CONTRATADA** é uma atividade exclusivamente de meio e não de resultados, e não substitui o poder e dever estatal de policiamento, nos moldes definidos pela Constituição Federal;

18.2 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

18.3 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.5 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.6 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.7 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.8 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

**ROP SEGURANÇA LTDA**  
**Mayana Benfica Martins**  
Sócia

**Ministério Público do Estado da Bahia**  
**Frederico Welington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **MAYANA BENFICA MARTINS** em 11/11/2021, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 11/11/2021, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0233195** e o código CRC **9C9D3A33**.

---

**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

---

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 118/2021- SGA. Processo SEI: 19.09.01087.0018701/2021-15 - Dispensa nº 002/2021 – PJR – Porto Seguro. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e empresa Rop Segurança Ltda, CNPJ nº 10.633.569/0001-48. Objeto: prestação de serviços de vigilância por sistema de monitoramento eletrônico para atender à Promotoria de Justiça Regional de São Francisco de Porto Seguro/BA. Regime de execução: Empreitada por preço unitário. Valor global: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0036 - Ação (P/A/OE) 4058 - Região 7900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 20 de novembro de 2021 e a terminar em 19 de novembro de 2022.**

**PORTARIA Nº 335/2021**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Susi Delgado Cardoso matrícula 352.303, e Santiago Pereira Santos, matrícula 353.045, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 118/2021 - SGA, relativo ao monitoramento eletrônico da Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia 11 de novembro de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**PORTARIA Nº 346/2021**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Magdyel Nader Barros Rego, matrícula nº 353.669, e Jaime de Jesus Kalil, matrícula nº 353.670, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 172/2017-SGA, relativo à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de combate à incêndio, instalados na sede do Ministério Público do Estado da Bahia localizada na Av. Joana Angélica, 1312 - Nazaré, Salvador - BA. Ficam revogadas, a partir desta data, as designações anteriores, relativas à Portaria nº 221/2019.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 12 de novembro de 2021.

Frederico Welington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**RESUMO DO SEGUNDO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. Processo: 19.09.02327.0013943/2021-60. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Plan International Brasil, CNPJ nº 02.326.629/0001-51. Objeto do ajuste original: Desenvolvimento de ações voltadas ao enfrentamento à violência sexual no Estado da Bahia. Objeto do Termo aditivo: prorrogação do prazo de vigência do ajuste originariamente celebrado entre as partes por mais 02 (dois) anos, a contar de 19/12/2021.**

---

**PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

---

**INQUÉRITO (S) CIVIL (S) / PROCEDIMENTO (S):****PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EDUCAÇÃO DE SALVADOR - 3º PROMOTOR  
EDITAL Nº 126/2021**

A Promotoria de Justiça de Educação de Salvador/BA - 3º Promotor, por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao teor do art. 11º da Resolução nº 174/2017 do CNMP, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO, por 01 (um) ano, do prazo para conclusão do Procedimento Administrativo nº IDEA nº 003.9.122123/2020, à vista da imprescindibilidade da conclusão de diligências essenciais para encerramento de sua instrução. Salvador, 04 de novembro de 2021.

assinatura eletrônica  
Adelina de Cássia Bastos Oliveira Carvalho  
Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Educação de Salvador - 3º Promotor

Portaria nº 13/2021

CLASSE: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras/BA

IDEA: 593.9.168546/2019.

Promotor de Justiça: Pedro Ravel Freitas Santos.

Área: Criminal

Objeto: Acompanhar instauração de Inquérito Policial e investigações posteriores sobre abuso sexual contra a vítima L.C.M., aos seus 11 (onze) anos de idade;

Investigado: Custódio Pereira de Matos.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Promotoria de Justiça Regional de Porto Seguro - Unidade de Execução Orçamentária com o **Contrato nº 118/2021 - SGA** e a **Portaria nº 335/2021** de 11/11/2021, devidamente assinados, bem como cópia da publicação do respectivo resumo no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.980 do dia 16/11/2021 para providências cabíveis.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 16/11/2021, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0235281** e o código CRC **4F0480F3**.